



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIAS INTERDISCIPLINARES E  
INTERCULTURAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**LIANE ALVES DE AMORIM**

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E  
INTERCULTURAL: UMA PROPOSTA DIDÁTICO PEDAGÓGICA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**LIANE ALVES DE AMORIM**

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E  
INTERCULTURAL: UMA PROPOSTA DIDÁTICO PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio.

Orientador: Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**LIANE ALVES DE AMORIM**

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR E  
INTERCULTURAL: UMA PROPOSTA DIDÁTICO PEDAGÓGICA**

Relatório de Intervenção Didático-Pedagógico como requisito para a obtenção do título de Especialista em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Aprovado em 18/02/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Núbia dos Reis Pinto**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

**Prof. M.e Samuel Bernardo da Trindade**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>PERCURSO DA AUTORA</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E PROBLEMATIZAÇÃO DO CAMPO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>6</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO E METODOLÓGICA</b>	<b>15</b>
<b>7</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS</b>	<b>26</b>
	<b>Referências</b>	<b>27</b>
	<b>Anexo</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, fruto do curso *Lato Sensu* Metodologias Interdisciplinar e Intercultural para o Ensino Fundamental e Médio, ofertado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no período de outubro/2019 a janeiro/2021, apresenta um projeto de intervenção didático-pedagógico intercultural e interdisciplinar, a ser realizado com estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Renan Baleeiro, situado na cidade de Salvador – Bahia.

Para fins do seu desenvolvimento, escolhemos por trabalhar aspectos específicos da Lei 11.645/08 com o propósito de contribuir para que os/as estudantes se posicionem criticamente frente as questões étnico-raciais e sejam capazes de enfrentar o racismo e qualquer forma de preconceito e discriminação nos espaços educativos e na sociedade. Para isso, trabalharemos com a Lei 11.645/08, sua representação e seus objetivos. Faremos um breve histórico sobre leis que trataram sobre a educação no país e a sistemática privação e desvalorização do sujeito negro na educação no Brasil. Discutiremos como a Lei 11.645/08 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio para reconhecer e resgatar historicamente o papel da população negra na construção e formação da sociedade brasileira. Além disso, discutiremos em que medida a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08 fomentou as ações afirmativas tendo em vista que a sua implementação culminou na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003, e institucionalizou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Assim trataremos dos desdobramentos políticos que trouxeram fortes repercussões pedagógicas para os/as estudantes, os/as professores/as e para toda a sociedade.

Para a aplicação da intervenção didático-pedagógica, pautei-me na escolha desse grupo específico: estudantes da turma do 3º ano do ensino médio da rede estadual pública de ensino, com faixa etária entre 17 a 19 anos. A escolha se deu, por considerar que após a conclusão da educação básica, esses jovens estarão vivenciando as possíveis situações: estarão inseridos no mercado de trabalho; cursarão a educação superior; estarão se preparando para participar de processos seletivos/concursos. Diante do contexto pós educação básica, esses jovens precisarão fortalecer conhecimentos críticos e contextualizados que promovam posturas antirracistas, de valorização e reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira, a qual possa contribuir para a formação humana, para a compreensão das relações sociais e para o enfrentamento das desigualdades. Dessa forma, essa intervenção levou em consideração os marcadores sociais que atravessam essa etapa da vida dos/das estudantes, sendo essa fase da

vida concebida pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica como *juventude*, caracterizada:

Como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. Entender o jovem do Ensino Médio dessa forma significa superar uma noção homogeneizante e naturalizada desse estudante, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. Além disso, deve-se também aceitar a existência de pontos em comum que permitam tratá-lo como uma categoria social. Destacam-se sua ansiedade em relação ao futuro, sua necessidade de se fazer ouvir e sua valorização da sociabilidade. Além das vivências próprias da juventude, o jovem está inserido em processos que questionam e promovem sua preparação para assumir o papel de adulto, tanto no plano profissional quanto no social e no familiar (Brasil, 2011, p. 155).

Trabalhar a educação das relações étnico-raciais com as/os estudantes do ensino médio implica em percebê-los/las como sujeitos com vivências singulares que enfrentarão desafios frente a vida adulta. Portanto, a escola precisa estabelecer práticas pedagógicas capazes de gerar mudanças, para aprender a reconhecer, valorizar e respeitar as diferenças para a construção da identidade nos espaços sociais, assim o ponto de partida encontra-se na implementação da Lei nº 11.645/08.

No Brasil, o ano de 2003 foi marcado pela aprovação da Lei nº 10.639/03. Essa lei teve como propósito reconhecer a diversidade étnico-racial, fortalecer ações de promoção à igualdade racial e enfrentar o preconceito nos espaços educativos e na sociedade. Aprovada em 09 de janeiro do referido ano essa lei alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando, a partir daquela data obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino da Educação Básica:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.  
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.  
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 1996).

Assim, a Lei nº 10.639/03 estabeleceu novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar assentada no reconhecimento como

constituente e formadora da sociedade brasileira; no reconhecimento do protagonismo do povo negro enquanto sujeitos históricos; na valorização da cultura e as religiões de matrizes africanas; no reconhecimento de uma das maiores lideranças negras, Zumbi dos Palmares; na escolha de 20 de novembro para celebrar o dia da Consciência Negra; na luta contra o preconceito racial no Brasil; e na proposição de ações afirmativas.

Para subsidiar a sua implementação em 2004, foram aprovados também pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o Parecer e a Resolução que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ambos homologados pelo Ministério da Educação (MEC) em junho do mesmo ano. Petronilha Beatriz Gonçalves, relatora da Câmara Nacional de Educação elaborou o Parecer CNE/CP nº 3/2004, ressaltou que:

A referida determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação visa, educar a todos os brasileiros e brasileiras para que conheçam, respeitem e valorizem uma das raízes fundadoras de sua cultura e nacionalidade, a africana. O que precisa ser mudada não é a imagem dos negros, mas a imagem negativa que a sociedade criou e fomenta como se fosse própria deles. Uma imagem que muitos brasileiros, que pretendem manter privilégios e direitos para si próprios e seus grupos originários, cultivam, tentando fazer com que todos partilhem do ideal de fazer do Brasil uma nação monocultural, de raiz predominantemente europeia. Os sistemas de ensino e as escolas de diferentes níveis da educação – infantil ao superior – são espaços necessários e competentes para combater o racismo e discriminações” (Gonçalves, 2012, p.21).

Portanto, a Lei nº 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08 e o Parecer CNE/CP 3/2004 representam estratégias pedagógicas para a discussão das relações raciais no Brasil no ambiente escolar de forma a assegurar “o direito à igualdade de condições de vida e cidadania”, e garantir “igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso à diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros” (Parecer CNE/CP 3/2004). Por certo, a escola é o espaço propício para empreender ações que possam colaborar para construção de uma sociedade equânime, que respeite as diferenças e forme sujeitos críticos e reflexivos capazes de combater e enfrentar o preconceito e as discriminações, e dessa forma propiciar uma educação efetivamente antirracista.

Gomes (2005) destaca que a luta contra o racismo requer um processo de reeducação “a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, aos (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo”. Se a escola não propor discussões sobre as causas das desigualdades enfrentadas pela população negra e afrodescendente impedirá o fortalecimento de ações educativas que venham oportunizar condições igualdade e equidade entre grupos socialmente excluídos contribuindo dessa maneira para fortalecimento e reprodução do racismo.

Quando não refletirmos seriamente sobre essa situação e quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução do racismo (Gomes, 2005, p. 49).

O compromisso da escola com a pauta para promoção de uma educação antirracista é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e para “a tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade” (MUNANGA, 1996, p. 18). Partindo desse pressuposto, essa proposta de intervenção pedagógica a ser realizada numa unidade escolar pretende contribuir também no compromisso para o enfrentamento do preconceito racial e discriminação da sociedade.

Inicialmente, o projeto de intervenção didático pedagógica foi planejado para ser aplicado na unidade escolar no ano letivo de 2021, o que não aconteceu face contexto pandêmico da Covid-19. Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Diante disso, as aulas letivas presenciais das escolas foram suspensas em todo o território baiano e nas demais regiões do Brasil. Essa suspensão das aulas presenciais se estendeu até o ano de 2021, o que inviabilizou a aplicação da intervenção didático pedagógico na unidade escolar.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A realização do projeto de intervenção se justifica pela necessidade de que as reflexões sobre a educação para as relações étnico raciais precisam ser problematizadas no ambiente escolar. A escola tem um papel importante no debate sobre as relações étnico-raciais, o processo de exclusão e desigualdades enfrentado pelo povo negro ao longo história e também sobre a centralidade de uma cultura em detrimento das demais - representado pelo etnocentrismo.

Portanto, a escola é o lugar privilegiado para o enfrentamento do racismo e dos demais processos de exclusão por meio do preconceito, da exploração, das relações de poder que manteve ações e posturas discriminatórias para com a população negra e afrodescendentes:

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitadas e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhões

de mentes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto alunos brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas, impedindo-nos de sermos seres realmente livres “para ser o que for e ser tudo” - livres dos preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, entre outros males. (Cavalleiro, 2005, p. 11).

Decerto, a escola desempenha uma importante função na realidade dos estudantes, pois é nos espaços da educação formal que os estudantes terão acesso à construção de conhecimentos, de atitudes e práticas pedagógicas antirracistas capazes de gerar reconhecimento, valorização e respeito à história e cultura negra na sociedade.

Por compreender que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não diz respeito somente à população negra, mas se estende a todos os brasileiros é que almejamos por meio dessa intervenção didático-pedagógica contribuir para que os/as estudantes possam atuar como sujeitos capazes de se posicionar criticamente com vistas à construção de uma sociedade mais justa, democrática, com respeito e reconhecimento à diversidade cultural, racial, social e econômica.

Nesta perspectiva, é papel da escola incluir ações pedagógicas que repensem as relações étnico-raciais e crie condições para o reconhecimento e valorização das contribuições histórico-culturais dos povos negros e afro descendentes à sociedade brasileira.

### **3 OBJETIVOS**

A presente intervenção didática pedagógica tem como objetivo central trabalhar na perspectiva interdisciplinar intercultural aspectos da Lei 11.645/08 com vistas a contribuir para que os/as estudantes possam reconhecer a diversidade cultural, se posicionar criticamente frente as questões étnico-raciais, ter preparo para enfrentar o preconceito, a discriminação e o racismo nos espaços educativos e nos demais espaços da sociedade. Além disso, traçamos os seguintes objetivos específicos que almejamos alcançar nesta intervenção:

1. Aquisição de consciência história e política quanto a diversidade da sociedade para entender que esta é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, com cultura e história próprias;
2. Fortalecimento da identidade com atitudes capazes de romper estereótipo contra negros e afrodescendentes;
3. Atitudes e posturas de combate ao racismo e às discriminações.

#### 4 PERCURSO DA AUTORA

A escolha da temática que norteará a ação de intervenção didático-pedagógica está atrelada à minha trajetória acadêmica e profissional. Sou professora de História, Licenciada e Bacharel em História (UCSAL), Especialista em Gênero e Sexualidades na Educação (UFBA) e Mestre em História Social (UFBA).

Meus estudos na educação básica foram realizados em escolas de Salvador, cidade da Bahia. Cursei o Ensino Médio em Formação Geral e posteriormente entrei na universidade para cursar a licenciatura em História.

O início da docência se deu logo no segundo semestre do curso de licenciatura. Na rede pública de ensino trabalhei como docente estagiária das disciplinas de História e Geografia com turmas do ensino fundamental II e nas escolas da rede privada de ensino lecionei a disciplina História também com estudantes do ensino fundamental. Dessa forma, cursei a licenciatura exercitando à docência escolar.

Durante o curso de graduação sempre manifestei interesse especial pelos temas ligados a história da escravidão e das relações étnico raciais, então, busquei me envolver nos eventos acadêmicos que tratavam dessa temática.

Em 2003, após aprovação em concurso, tomei posse como professora concursada da rede municipal de ensino e continuei a lecionar, mas continuei participando de ações voltadas para a cultura negra e as relações étnico raciais. Participei de vários cursos, seminários e palestras com essa temática.

No ano de 2003, fiz parte do Programa A Cor da Bahia (UFBA), programa de pesquisa e formação sobre relações raciais, cultura e identidade negra que visava a sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da questão racial no Brasil e fomentava: a realização de pesquisas comparativas sobre desigualdades raciais no ensino superior brasileiro; o estímulo à formação de estudantes ao nível da graduação visando o ingresso na pós-graduação; a promoção de cursos de extensão visando discussões de temas inter-relacionados às desigualdades raciais.

Nos anos de 2004 a 2005 fiz parte do projeto de pesquisa do Centro de Estudos Afro-Orientais (UFBA), intitulado “Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: o impacto da modernidade e da globalização na vida social e nas relações raciais do Recôncavo - o caso São Francisco do Conde”, a referida pesquisa de caráter interdisciplinar entre História, Antropologia e Sociologia visava estudar as relações raciais no município de São Francisco do Conde, na Bahia.

Entre os anos de 2005 a 2008 cursei o Mestrado em História Social na Universidade da Bahia, defendi a dissertação com o tema “Memórias e trajetórias de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia (1909-1969)”. Em 2009 publiquei na Revista História da Bahia, o artigo de minha autoria intitulado “Festa de São Gonçalo: tradição mantida pela Comunidade Quilombola Pitanga dos Palmares”. Esse texto foi resultado da minha participação numa ação na Comunidade Remanescente de Quilombo Pitanga dos Palmares, situada no município de Simões Filho-Bahia.

No ano de 2008, fiz parte da comissão organizadora do *V Colóquio Internacional Trabalho Forçado Africano no Brasil, 120 anos da abolição* promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Portugal (Ceaup) em parceria com a UFBA, UNEB, UESF e FPC/SECULT. O evento internacional visou a promoção do diálogo entre pesquisadores e a divulgação para o público em geral das modalidades do trabalho forçado africano, desde o século XVI até a atualidade, além da reflexão sobre os 120 anos da abolição da escravidão no Brasil.

Em continuidade aos meus estudos, em 2019 finalizei o curso Especialização em Gênero e Sexualidades na Educação (UFBA) com o tema “Histórias que ninguém vê: narrativas de estudantes do Ensino Médio sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar”. O referido curso destinado a professores da educação básica trouxe como estudo as relações entre gênero, sexualidade e raça com o objetivo de produzir intervenções nas escolas para a produção do respeito às diversidades.

Em 2020 iniciei o Curso Lato Sensu de Especialização em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio, ofertado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Face ao compromisso desta instituição pública de ensino superior com a educação básica é que nas próximas linhas faço algumas considerações.

A Unilab, inaugurada 2011, surgiu marcado pela “política de expansão extensiva e intensiva” do segmento educacional no âmbito federal do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Essa política tinha por objetivo central a redução das desigualdades da educação superior, especialmente as desigualdades regionais/geográficas e democratizar o acesso à educação pública e gratuita, conforme destaca Carvalho:

O programa de governo materializou-se em ação concreta, à medida que as universidades federais abriram novos campi no interior dos estados no âmbito dos projetos de expansão pactuados com MEC por intermédio do Reuni. Além disso, criaram-se novas universidades federais, todas localizadas em cidades interioranas. (Carvalho, 2014, p. 222).

Com o propósito de reduzir as desigualdades regionais por meio da redistribuição espacial, o governo federal entre anos de 2003 a 2014 abriu 18 novas universidades federais, 173 campus universitários e mais de 360 institutos federais.

Seguindo a política de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, a Unilab garante a oferta de cursos nas diversas áreas do conhecimento, entretanto, é nos cursos de Licenciatura que a Unilab vem priorizando (desde a sua criação) ações em que “há a preocupação de formar educadores conscientes e comprometidos com o desenvolvimento regional, segundo consta no Projeto Pedagógico de Curso Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio (PPC-UNILAB, 2019, p.3).

Foi com esse compromisso social que a oferta da Especialização Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio se materializou. O referido curso, voltado para a formação de professores da educação básica visa: equacionar as desigualdades sociais, espaciais e étnico/raciais; disseminar o respeito às diferenças às étnicas e interculturais; valorizar os saberes interdisciplinares; aperfeiçoar as metodologias de ensino; contribuir para qualidade da educação; e alavancar as aprendizagens dos estudantes (PPC-Unilab, 2018). A proposta interdisciplinar da presente especialização se propõe ao reconhecimento e valorização das diversidades, conforme descrito do Projeto Pedagógico do Curso Especialização em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio:

Dessa forma, esse curso de especialização está pautado também na visibilidade ao respeito às diferenças étnicas e interculturais aqui existentes, pois mobiliza conhecimentos em diferentes áreas da ciência, o que estimulará a reflexão permanente, gerando, enfim, um efeito multiplicador, dentro do contexto em que a ação se desenvolverá [...] o trato de temas outros que contribuem para que os/as discentes discutam temas ligados à diversidade étnico-racial, as práticas religiosas diversas, violência contra mulheres e crianças, preconceito e racismo contra índios e negros. (UNILAB-PPC. p. 3 e 4).

Portanto, a Unilab comprometida com a educação do ensino fundamental e médio e no intuito de garantir as aprendizagens dos estudantes da educação básica empreendeu estratégias, parcerias e criou fóruns que trouxeram como demanda prioritária e emergencial “a necessidade de qualificação docente, tendo como ênfase novas metodologias de ensino, além de cursos com abordagem interdisciplinar e intercultural, voltado à melhoria nos índices de aprendizagem” (PPC-Unilab p.4). Diante do exposto, a escolha por essa especialização ofertada pela Unilab e a escolha da temática neste projeto, se deu pelas seguintes razões. Primeiro, por reconhecer que enquanto professora da educação básica preciso aperfeiçoar as metodologias de ensino no

campo interdisciplinar ligados à história e à cultura afro-brasileira, uma vez que percebo também que meus colegas professores/professoras da educação básica carecem de conhecimentos sobre a história dos africanos; e segundo por reconhecer que a educação para as relações étnico-raciais deve ser fazer parte das práticas pedagógicas escolares, pois essa temática constitui a base da formação da nossa história e da nossa cultura.

Gomes (2006) evidencia o caráter conservador dos currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia, os quais não priorizam a diversidade cultural e étnico-racial na formação inicial dos professores:

Como o campo educacional é dinâmico e tenso, nessas mesmas instituições, núcleos e/ou grupos de pesquisa e coletivos de intelectuais seguem lutando por uma outra perspectiva de educação – que tenha como norte a construção de um projeto educativo emancipatório. Muitos desses grupos e coletivos vem ofertando disciplinas optativas na graduação, realizando curso de extensão, aperfeiçoamento e especialização e inter-vêm em práticas alternativas de formação docente [...]. (GOMES 2006, 43).

Face a esse contexto e seguindo o olhar de Gomes (2007, p.41) compreendo que “[...] assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É entender a educação como um direito social e o respeito à diversidade no interior de um campo político”.

Portanto, nesse viés curricular com base na interculturalidade interdisciplinaridade ali- cerçado no “respeito às diferenças étnicas e interculturais” e na articulação de “conhecimentos em diferentes áreas da ciência” defendidos pela Unilab que este projeto de intervenção visa trabalhar na escola estratégias pedagógicas que nas palavras de Gomes (2012, p.22) sejam capazes de proporcionar “uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para a diversidade étnico-racial”

## **5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E PROBLEMATIZAÇÃO DO CAMPO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

O Colégio Estadual Renan Baleeiro é uma instituição educacional de médio porte, conta com aproximadamente 870 estudantes matriculados e atende ao Ensino Fundamental II, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio. A unidade escolar funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

O colégio está localizado em um bairro da periferia, nas proximidades do Estádio Manoel Barradas (Barradão), na cidade de Salvador. O bairro abrigou no período de 1974 a 1994 o depósito de lixo de Salvador. Todo o lixo recolhido na capital baiana era lançado nesse depósito. Esse espaço de Canabrava foi considerado como um dos “símbolos de degradação da cidade” (Estadão, 2003), tendo em vista que crianças, homens e mulheres faziam do lixo uma fonte de sobrevivência. Assim, o “lixão de Canabrava”, instalado no bairro ainda na década de 1970, com previsão de funcionamento de no máximo nove anos perdurou por mais de 20 anos e recebia diariamente toneladas de lixos doméstico, hospitalar e comercial, conforme relatórios da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb).

O povoamento do bairro teve início na década de 1970, quando o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador instalaram assentamentos populacionais na área destinado tanto às famílias que tinham sido desabrigadas - em virtude das fortes chuvas que atingiram Salvador naquele período - como aquelas que haviam sido desapropriadas de outras áreas da cidade. Dessa forma, a ocupação do bairro e a instalação do depósito de lixo da cidade evidenciam a articulação entre a pobreza urbana, a reprodução das desigualdades e a consequente exclusão social vivenciada pela população.

Do ponto de vista da cor, os dados da pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Caminho das Águas (NEVES, 2009) revelam que do total de 13.664 habitantes, 51,27% se declarou parda; 30,49% se declarou negra; 53,50 são do sexo feminino; e 54,41% estão na faixa etária de 20 a 49 anos. Esses dados revelam a primazia da população negra e afrodescendente. A pesquisa revelou que a renda mensal das famílias oscila entre 0,5 a 1 salário-mínimo. Quanto ao grau de escolaridade, o tempo de estudo dos responsáveis pelo sustento das famílias gira entre 4 a 7 anos de estudo. O cruzamento de dados evidencia uma situação comum na periferia de Salvador e também em outras partes do Brasil: baixo nível de escolaridade e de renda per capita insuficiente para a sobrevivência com dignidade, o que reforça as desigualdades e consequente exclusão.

O bairro onde está situada a escola possui em sua estrutura histórico-social uma parcela expressiva da população negra e pobre. Apesar disso, a proposta curricular desenvolvida na unidade escolar não contempla as especificidades de uma educação intercultural, voltada para práticas pedagógicas na perspectiva das relações raciais, para atender a Lei 11.645/08. Segundo relatos de alguns estudantes, os temas voltados para a cultura negra são trabalhados exclusivamente em novembro, mês da consciência negra. Diante do contexto histórico-social do bairro, faz-se necessário a realização de uma intervenção com o propósito de fomentar uma ampla reflexão sobre a história da cultura afro-brasileira e a aplicabilidade dos pressupostos da

Lei 11.645/08 no ambiente escolar, a fim de fomentar práticas antirracistas e de enfrentamento aos preconceitos e às discriminações.

A unidade escolar carece de ações pedagógicas permanentes que possibilitem o reconhecimento e valorização das diversidades culturais. Assim, a aplicabilidade de aspectos da Lei 11.645/08 por meio de ações didáticas, seguindo as palavras de Gomes (2012, p. 104) contribuirá para a “descolonização dos currículos” e para a “rupturas epistemológicas e culturais”.

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. (Gomes, 2012, p. 104).

Trabalhar a perspectiva da educação intercultural é uma demanda urgente para a sociedade tendo em vista que cada vez mais traz à tona seu caráter multicultural e "diferentes grupos socioculturais conquistam maior presença nos cenários públicos" (CANDAU, 2011, p. 241). Portanto, a interculturalidade na escola resulta numa prática pedagógica de “descolonização dos currículos monoculturais e etnocêntricos” imposto pela branquitude no intuito de silenciar e negar a cultura do povo negro e de outras representações identitárias. Nessa esteira, a compreensão sobre a interculturalidade leva a proposição de “rupturas epistemológicas” e culturais, afim de superar esse modelo monocultural de conhecimento e ensino; e buscar uma prática pedagógica que gere inovação curricular ao propor a diversidade étnico-racial no contexto escolar.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO E METODOLÓGICA**

O projeto de intervenção a ser realizado na escola se insere perspectiva da educação intercultural, campo epistemológico alicerçado nos princípios da equidade social, tolerância e respeito. Segundo Candau (2008, p. 2) a educação intercultural se propõe a uma “perspectiva alternativa e contra hegemônica de construção social, política e educacional” levando a problematização das “práticas sociais e educativas” que envolvem as questões de raça, cor, gênero e sexualidade, dentre outras. Portanto, essas questões são desafiadoras e precisam ser

enfrentadas pela escola, pois é nesse espaço que os diferentes sujeitos com suas singularidades culturais se encontram, dessa forma, seguindo as palavras de Nilma Gomes, “a escola é o espaço privilegiado” para discutir e trabalhar as tensões e os conflitos da sociedade.

A postura pedagógica e o comprometimento político do professor com a demanda da diversidade cultural é fundamental para que se alcance os resultados que se esperam de uma sociedade justa, recíproca, democrática, plural e que permita a convivência harmônica e respeitosa entre os diferentes sujeitos e suas identidades. Nesse processo, Candau (2009) destaca a necessidade para a escola exercer um papel ativo na promoção de uma educação intercultural para além das atividades esporádicas e de determinar o próprio currículo escolar. Segundo essa pesquisadora a educação intercultural:

[...] não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade [...]. (Candau, 2009, p. 169-170).

Para a autora é papel da escola fomentar ações pedagógicas que promovam o reconhecimento das diferenças e construam as bases para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária:

[...] a dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potencializa processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente, e o diálogo intercultural. (Candau, 2011, p. 253).

Portanto, a escola enquanto espaço privilegiado de encontro entre os diferentes sujeitos que trazem consigo seus marcadores sociais têm o dever de trabalhar ações pedagógicas capazes de enfrentar o preconceito, a discriminação e a exclusão.

A escola constitui-se em território de enfrentamentos invisíveis, onde as diferenças são marcadas por aspectos visíveis como a deficiência física, o vestuário (indicador de pertencimento a uma classe social), as práticas religiosas, o sexo e a cor da pele. Alunos e professores vivenciam tais conflitos e encaminham soluções, na maioria das vezes sem a busca por uma compreensão de âmbito maior. Nesse sentido, o autor propõe a perspectiva da educação intercultural como estratégia para potencializar a própria ação desencadeada pelo conflito, mediante o diálogo e o encontro, de modo que constitua espaços alternativos produtores de outras formas de identidades,

marcadas pela fluidez, pela interação e pela acolhida do diferente. (Fleuri, 2003, p. 26).

Reconhecer os diferentes sujeitos e suas diversidades culturais é função basilar da escola para a garantia das aprendizagens dos estudantes e conseqüentemente para o êxito destes na sociedade, portanto, é importante que esta discuta as diferenças culturais que geram tensões e conflitos tanto no ambiente educacional quanto nos demais espaços da sociedade. Dentro dessa perspectiva da educação intercultural é que o projeto de intervenção se assenta, pois, busca estabelecer ações didático-pedagógicas que levem para o chão da escola o reconhecimento das identidades, o enfrentamento do preconceito racial e da discriminação.

O projeto de intervenção se assenta também na perspectiva interdisciplinar ao propor uma articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, a saber: a História, a Geografia e a Sociologia. Frigotto ao tecer considerações sobre a interdisciplinaridade no campo da educação destaca que o “caráter necessário do trabalho interdisciplinar na produção e na socialização do conhecimento”, portanto, “decorre da própria forma como o homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social” (Frigotto, 2008, p. 43). Desta forma:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão, o caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação é não fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinantes que o constituem. É neste sentido, que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (Frigotto, 2008, p. 43-44)

Portanto, é nesse viés que o projeto de intervenção didático-pedagógico, com carga horária total de 16 horas, a ser realizado com estudantes da turma do 3º ano do ensino médio propõe um enfoque interdisciplinar ao articular a construção dos saberes de forma compartilhada, integrada e contextualizada entre a História, a Geografia e a Sociologia. Propõe um enfoque intercultural na medida em que prioriza as questões da diversidade e a questão racial no ambiente escolar.

As atividades previstas para a intervenção apresentam a seguinte composição: aulas expositivas dialogadas; momentos de debates; reflexões com questionamentos a serem debatidos pelos estudantes; dinâmica e atividades de grupos.

Os recursos didático-pedagógicos previstos estarão ancorados na utilização de atlas geográfico, mapas, material iconográfico, produções audiovisuais (filme, documentário, longa-metragem), documentos históricos.

As atividades previstas no projeto de intervenção estão apoiadas na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC), que traz no seu bojo o compromisso com a educação integral dos estudantes, o seu desenvolvimento pleno, o acolhimento, o respeito às diferenças e a oposição a qualquer forma de discriminação e preconceitos.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (Brasil, BNCC, 2017, p. 16)

Das 10 competências gerais previstas na BNCC para a Educação Básica, o projeto de intervenção dialoga com as competências 1, 6 e 9 que prevê que o/a estudante construa conhecimentos e desenvolva habilidade para a consecução de atitudes e valores capazes de:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, BNCC, 2017. p. 11)

Dentre as 06 competências específicas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas para o Ensino Médio, elencadas na BNCC, o projeto de intervenção fundamentará na competência 5 que está diretamente relacionada à oposição a qualquer forma de discriminação e visa: “reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, BNCC, p 134)

No que se refere às habilidades para o ensino médio, descritas na BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o projeto de intervenção voltado para educação para as relações étnico raciais subsidiará os estudantes para:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (Brasil, BNCC, p. 140).

Nesta proposta didática pedagógica, a intervenção estabelecerá a interdisciplinaridade entre a História, a Geografia e a Sociologia uma vez que tratará de questões históricas e sociais de forma integrada, onde os jovens aprenderão sobre a cultura e as mudanças sociais no mundo contemporâneo para se posicionar de forma crítica, orientados para a formação ética, conforme descrita na BNCC, a qual prioriza:

[...] uma educação ética. Entendendo-se ética como juízo de apreciação da conduta humana, necessária para o viver em sociedade, e em cujas bases destacam-se as ideias de justiça, solidariedade e livre- -arbítrio, essa proposta tem como fundamento a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos. (Brasil, BNCC, p. 547).

Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza uma educação. (Brasil, BNCC, p. 564).

Por certo, a construção do conhecimento de forma integrada e interdisciplinar entre a História, Geografia e Sociologia para a educação das relações étnico raciais contribuirá para uma educação de qualidade, para autonomia e assegurará uma formação integral para que os estudantes do ensino médio desenvolvam as competências e possam ampliar as aprendizagens significativas, o que é fundamental para o processo de valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira e conseqüentemente para o enfrentamento preconceito e da discriminação, conforme preza a BNCC:

Assim, no Ensino Médio, o estudo dessas categorias deve possibilitar aos estudantes compreender os processos identitários marcados por territorialidades e fronteiras em históricas disputas de diversas naturezas, mobilizar a curiosidade investigativa sobre o seu lugar no mundo, possibilitando a sua transformação e a do lugar em que vivem, enunciar aproximações e reconhecer diferenças. (Brasil, BNCC, p. 561).

A condução das atividades pedagógicas da intervenção estará sustentada na proposta dialógica de Paulo Freire tendo o diálogo como meio de socialização e reflexão de ideias capazes de gerar nos indivíduos transformações e mudanças de atitudes e comportamento.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. (Freire, 1980, p.82-83).

Freire (1980) propõe uma educação que tem por princípio fundamental a libertação dos indivíduos, a tomada de consciência por meio da ação gerada pela reflexão.

Ao se tornarem reflexivos, os sujeitos ampliam a capacidade de se tornarem autônomos. Conscientizar a sociedade significa desenvolver ações de integração baseadas no respeito a valores fundamentais como os direitos humanos e, sobretudo, reconhecer que os indivíduos devam ser senhores do seu próprio destino. (Neto, 2003, p. 60).

Portanto, o projeto na perspectiva intercultural e interdisciplinar, fundamentado na BNCC e com base no processo dialógico com as/os estudantes trabalhará a educação para as relações raciais.

## **7 DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO**

Para alcançar os objetivos traçados nesta intervenção, as atividades didáticas pedagógicas estão estruturadas em três etapas. A primeira trará como temática central a Lei nº 10.639/03 e 11.645/08, de forma a inserir os estudantes do ensino médio na temática africana e afro-brasileira e conscientizá-los de que a questão étnica racial não diz somente aos negros, mas diz a respeito a toda sociedade brasileira, conforme enfatizou, Nilma Lino (2011). A segunda etapa trabalhará a história da África destacando o seu lugar na história da humanidade, seus reinos, impérios e os povos africanos que formaram a sociedade brasileira. A terceira e última etapa se debruçará nos variados impactos, especialmente os efeitos psicológicos causados pela discriminação racial nos indivíduos desde a infância até a idade adulta.

### **1ª ETAPA:**

**Carga horária:** 04 horas/aula

**Temática:** A contribuição da Lei 10.639/03 e 11.645/03 para os estudos da cultura afro-brasileira e africana

**Interdisciplinaridade:** História e Sociologia

**Conteúdos a serem trabalhados:** Lei 10.639/03. Lei 11.645/08. História de África. Escravidão e resistência no Brasil.

**Objetivo:** Compreender a história e a cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, identificando sua influência importância para o povo brasileiro. Refletir sobre o papel do negro na formação da cultura brasileira. Compreender a importância Lei nº 10.639/03 e 11.645/03 e seu conteúdo sociopolítico para a cultura negra e afro-brasileira.

**Estratégias pedagógicas:**

1º momento: acolhimento e apresentação da proposta completa de intervenção aos estudantes.

2º momento: será lançada a seguinte pergunta para que os alunos respondam e demonstrem os seus conhecimentos prévios: - Para você o que é a educação para as relações étnico-raciais? Feito isto, com apoio de slide, a professora fará uma aula expositiva dialogada sobre a Lei 10.639/03 e 11.645/08. Fará um breve histórico sobre leis e o negro na educação do nosso país, abordando a sistemática privação e desvalorização do negro ao longo da história do Brasil; discutirá o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores; discutirá o Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Discutirá a negação do patrimônio cultural negro e afrodescendente no país, como a proibição da prática da capoeira, do samba e de religiões de matriz africana<sup>1</sup>.

3º momento: exibição do vídeo “Caminhos da Reportagem: O negro no Brasil”.

**Sinopse:** o documentário discute a situação do negro no Brasil e a necessidade superação da desigualdade de renda e de acesso à educação. Mostra histórias de superação por meio da

---

<sup>1</sup> Extraído do texto original do plano de aula, intitulado: *A lei 10.639/03 e suas possibilidades em sala de aula*, de autoria da professora Profª Renata Ap. Felinto dos Santos, Grupo de Pesquisa “Barroco Memória Viva”. O referido Plano de Aula encontra-se disponível no Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP). Link do Plano de Aula: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155327/1/A%20lei%2010.639.03%20e%20suas%20possibilidades%20em%20sala%20de%20aula%20-%20AULA%201.pdf>

educação, a exemplo um porteiro se tornou desembargador, um menino de rua que se tornou professor, uma editora de livros que investe na temática afro e o grupo de teatro Olodum, companhia que cria espetáculos a partir da tradição, histórias e temática negra (Caminhos da Reportagem, 2021).

Link do vídeo “Negros no Brasil: Brilho e invisibilidade:

<https://www.youtube.com/watch?v=EadJFSGWfKc>

4º momento: discussão sobre reflexão a implementação da lei e seus desdobramentos.

5º momento: divisão da turma em 03 grupos. Cada grupo deverá elaborar um relato reflexivo das seguintes questões:

Grupo 01 - A importância cultura afro-brasileira na sociedade contemporânea

Grupo 02 - A contribuição da lei 10.639/03 e 11.645/08 para o povo negro e afro-brasileiro

Grupo 03 - Indicar posicionamentos e práticas que contribuem para a superação de uma cultura racista no espaço escolar.

6º momento: Os relatos reflexivos produzidos pelos grupos serão apresentados à turma pelos próprios estudantes.

## **2ª ETAPA**

**Carga horária:** 08 horas/aula

**Temática:** História da África: seus reinos e grandes impérios

**Conteúdos:** O continente africano. A tradição oral na África. A diáspora africana.

**Interdisciplinaridade:** História e Geografia

**Objetivos:** Reconhecer o lugar da África na história da humanidade. Identificar os reinos e impérios africanos. Reconhecer os africanos de reinos importantes que migraram para o Brasil e sua importância na formação da sociedade brasileira. Compreender as causas e consequências da diáspora dos povos africanos. Apresentar os sujeitos que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.

1º momento: Aula expositiva dialogada com do atlas geográfico e recursos iconográficos sobre a história do continente africano, os seus reinos e impérios e os povos africanos que formaram a sociedade brasileira.

2º momento: exibição do longa-metragem *Kiriku e a Feiticeira*.

Link do filme: <https://www.youtube.com/watch?v=Q4IuNCxQ-gs>

Sinopse: o longa metragem baseado em contos da África Ocidental retrata a consciência negra ao trabalhar a força e da luta para enfrentar as dificuldades materiais de existência ao tempo que retrata a consciência negra e demonstra a força e coragem do povo negro diante das adversidades.

3º momento: divisão da turma em dois grupos. Cada grupo deverá registrar no caderno e em seguida socializar as seguintes questões: Qual a principal mensagem do filme? O filme se direciona para qual objetivo? A situação apresentada no filme tem relação com o contexto social da escola em que você estuda ou tem relação com outra realidade social que você conhece? Quais foram as cenas que mais marcaram no filme? Por quê?

5º momento: Aula expositiva dialogada sobre a diáspora africana e negros e negras que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.

6º momento: Exibição do documentário “*Rostos familiares, lugares inesperados: uma diáspora africana global*”.

Sinopse: o documentário da cineasta e antropóloga cultural Dra. Sheila S. Walker, “conta como centenas de milhares de africanos foram arrancados de sua terra natal durante anos ao longo da escravidão. As comunidades da diáspora africana que se desenvolveram em todo o mundo usaram os conhecimentos e habilidades trazidos da África para contribuir para a formação de novas sociedades. Este filme leva os espectadores a uma viagem das Américas para a Turquia, Índia e outros locais pelo mundo para descobrir a rica cultura e as contribuições de afrodescendentes”.

Link do documentário “Rostos familiares, lugares inesperados: uma diáspora africana global: <https://www.youtube.com/watch?v=g1BceeLjIRo>

### 3ª ETAPA

**Carga horária:** 04 horas/aula

**Temática:** O impacto do preconceito

**Objetivo:** conhecer os variados efeitos, especialmente psicológicos causados pelo preconceito racial, a fim de demonstrar que o preconceito é um fenômeno psicossocial articula as dimensões social e psicológica.

**Interdisciplinaridade:** História, Sociologia

#### **Estratégia pedagógica:**

1º momento: exibição do documentário “Teste da boneca” para debate e reflexão.

Sinopse: “Trata-se de um experimento psicológico realizado nos anos 40 nos EUA para testar o grau de marginalização sentido por crianças afro-americanas e causado por preconceito, discriminação e segregação racial.

Link do vídeo “Teste da boneca” para a reflexão:

<https://www.youtube.com/watch?v=CdoqqmNB9JE&t=104s>

2º momento: aula expositiva dialogada sobre os efeitos psicossociais causados pelo preconceito que a hegemonia eurocêntrica estabelece com “os outros”, aqueles que são diferentes de um padrão universal. Serão trabalhados os seguintes conceitos: estigma, estereótipo, preconceito e discriminação. Um psicólogo com formação na área das relações étnico-raciais será convidado para discutir os impactos pedagógico que o preconceito e a discriminação causam no indivíduo.

3º momento: realização da dinâmica Jogo dos Privilégios Sociais<sup>2</sup> Organização da turma numa única fila no sentido horizontal. Todos ficarão ao lado do outro em seguida a professora lançará as questões e os estudantes darão os passos para frente ou para trás conforme as respostas de cada estudante.

---

2 O jogo dos privilégios foi extraído sendo que parte das questões foram adaptadas.  
[https://simaigualdaderacial.com.br/site/mergulhe\\_no\\_tema/vantagem-racial-jogo-do-privilegio-branco/](https://simaigualdaderacial.com.br/site/mergulhe_no_tema/vantagem-racial-jogo-do-privilegio-branco/)

**Questões do Jogo dos Privilégios Sociais**

1. Se você nasceu no Brasil, dê um passo à frente.
2. Se seus pais trabalharam noites e fins de semana para sustentar sua família, dê um passo para trás.
3. Se você veio de um ambiente familiar que lhe deu apoio constante, dê um passo a frente.
4. Se você encontra facilmente os produtos e cosméticos apropriados para a sua cor de pele e cabelo, dê um passo à frente.
5. Se você já se sentiu envergonhado por causa das suas roupas ou casa na sua infância ou adolescência, dê um passo para trás.
6. Se você pode cometer erros e não ter seu comportamento atribuído a falhas da sua raça ou cor dê um passo à frente.
7. Se você ou seus pais já passaram por divórcio/separação, dê um passo para trás.
8. Se os seus pais trabalharam na infância dê um passo para trás.
9. Se você tinha acesso adequado a comidas saudáveis na sua infância e adolescência, dê um passo a frente.
10. Se você já passou fome dê um passo para trás
11. Se você tem uma razoável certeza que seria contratado para um trabalho baseado nas suas habilidades e qualificações, dê um passo à frente.
12. Se acha que não seria contratado para um trabalho baseado na sua aparência, dê um passo à trás.
13. Se você alguma vez já foi a única pessoa da sua raça/status econômico em uma sala de aula ou ambiente de trabalho, dê um passo para trás.
14. Se suas celebrações religiosas têm feriados nacionais, dê um passo para frente.
15. Se você trabalhou ou trabalha dê um passo para trás.
16. Se você já fez alguma viagem de lazer com sua família, dê um passo à frente.
17. Se você tem certeza que seus pais seriam capazes de lhe auxiliar financeiramente se você estivesse passando por dificuldades financeiras, dê um passo à frente.
18. Se você já sofreu bullying ou foi ridicularizado ou passou por algum constrangimento por causa da cor da sua pele ou por causa do seu cabelo, dê um passo para trás.
19. Se haviam mais de 50 livros na casa onde você cresceu, dê um passo para frente.
20. Se você estudou a cultura ou história de seus ancestrais na escola, dê um passo à frente.
21. Se seus pais ou responsáveis frequentaram a faculdade, dê um passo à frente.
22. Se seus pais ou responsáveis não concluíram o ensino médio dê um passo para trás
23. Se algum de seus pais já foi demitido ou ficou desempregado sem decisão própria, dê um passo para trás.
24. Se você já se sentiu desconfortável com uma piada ou comentário relacionado à sua raça, etnia, ou aparência, mas se sentiu inseguro para confrontar a situação, dê um passo para trás.

Será verificado quantos passos cada aluno deu e o debate dos resultados do questionário será aberto para discussão.

4º momento: exibição para discussão do vídeo: “Jogo do privilégio social”.

Disponível ://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU&t=190s

## **8 CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS ESPERADOS**

Como professora de História, acredito que a aplicação desse projeto de intervenção contribuirá para o fortalecimento e ampliação de práticas pedagógicas que leve em consideração a integração dos diferentes sujeitos na promoção da igualdade e o reconhecimento e valorização da diversidade cultural presente na sociedade em que vivemos.

Assim, por meio das atividades didático-pedagógicas com as/os estudantes do ensino médio da rede pública de ensino espero também ampliar o conhecimento na prática e implementação da Lei 11.645/08, com vistas à construção do saber reflexivo sobre as relações étnico-raciais, e dessa forma, contribuir para que estes/estas estudantes possam se posicionar criticamente e ter preparo para enfrentar o racismo e qualquer forma de preconceito tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços da sociedade. Espero também que os/as professores/ras possam compreender cada vez mais que a escola é o lugar privilegiado o debate e fomento às práticas antirracistas e de valorização e reconhecimento da cultura negra e afro-brasileira.

## Referências

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)
- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)
- BRASIL. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_etnicoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf)
- BRASIL. Parecer nº CNE/CP 003/2004 referente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)
- CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In Revista Brasileira de Educação, v. 13, nº 37, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt&format=pdf>
- CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf>
- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>, Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).
- CAVALLEIRO Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.

ESTADÃO. Antigo lixão de Salvador vira Parque Ambiental. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,antigo-lixao-de-salvador-vira-parque-ambiental,20030721p73320>.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 23, 2003.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, v. 10 nº 1 p. 1º semestre de 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais: uma breve discussão. In: Brasil. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos). Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume2\\_educacao\\_anti\\_racista\\_caminhos\\_abertos\\_pela\\_lei\\_federal\\_10639\\_2003.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf)

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais: uma breve discussão. In: Brasil. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume2\\_educacao\\_anti\\_racista\\_caminhos\\_abertos\\_pela\\_lei\\_federal\\_10639\\_2003.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf)

GONÇALVES, Petronilha Beatriz. A Lei nº 10.639 na visão de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Fundação Cultural Palmares, Janeiro/2012. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=17211>

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. Resgate: Revista de Cultura, Campinas, n. 6, p. 17-24, 1996. Disponível em: < [biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_IdentidadeCidadaniaEDemocraciaAlgumaReflexoesSobreOsDiscursosAntiRacistasNoBrasil.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_IdentidadeCidadaniaEDemocraciaAlgumaReflexoesSobreOsDiscursosAntiRacistasNoBrasil.pdf) >.

NETO, José Francisco de Melo, in BRENNAND, Edna Gusmão de Góes (Org). O Labirinto da Educação Popular. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

NEVES, Barbara Coelho; CUNHA, N.N.R. Mapeamento da Produção sobre Águas na RMS: localização e disponibilidade (PRELO). In: Elisabete Santos, José Antonio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer. (Org.). O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. 1ª ed. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2009, v. p. 1-500.

SALVADOR. Observatório de bairros Salvador. Canabrava. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/canabrava>

SANTOS, Renata Ap. Felinto. A lei 10.639/03 e suas possibilidades em sala de aula - AULA 1. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155327/1/A%20lei%2010.639.03%20e%20suas%20possibilidades%20em%20sala%20de%20aula%20-%20AULA%201.pdf>

UNILAB, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Projeto Pedagógico de Curso “Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio”, 2018.

**Anexo**

Parte do conteúdo da ação didática foi extraído do texto original do plano de aula intitulado: *A lei 10.639/03 e suas possibilidades em sala de aula*, de autoria da professora Prof<sup>a</sup> Renata Ap. Felinto dos Santos, Grupo de Pesquisa “Barroco Memória Viva”. O referido Plano de Aula encontra-se disponível no Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP).

Link do Plano de Aula: *A lei 10.639/03 e suas possibilidades em sala de aula*  
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155327/1/A%20lei%2010.639.03%20e%20suas%20possibilidades%20em%20sala%20de%20aula%20-%20AULA%201.pdf>

### **Plano de Aula: A lei 10.639/03 e suas possibilidades em sala de aula (AULA 1)**

**Prof<sup>a</sup> Renata Ap. Felinto dos Santos Grupo de Pesquisa “Barroco Memória Viva”**

#### **Continente Africano**

- Mapa político.
- Conhecimentos dominados pelas populações africanas de interesse dos colonizadores portugueses para desenvolvimento das economias nas novas terras.
- Identificação dos locais e das etnias de onde foram trazidos africanos para o Brasil com nomeação das etnias.
- Arte Tradicional Africana e Arte Contemporânea.
- Imagens da África Contemporânea.
- A África Subsaariana: sul do Deserto do Saara, costuma ser dividida em Ocidental, Centro-Ocidental e Oriental.
- A África é um continente composto por 54 países tais como Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Egito e Camarões.
- As línguas africanas são divididas em quatro grandes grupos com os seguintes nomes: 1. Afro-asiático 2. Níger-congo 3. Nilo-saariano 4. Cóisân

#### **África Ocidental:**

- Agricultores que plantavam milhete e sorgo (cereais similares ao milho), arroz e outros cereais.
- Caçavam, pescavam e dominava técnicas pecuaristas.
- Conheciam a metalurgia confeccionando pontas de lanças, enxadas e flechas com ferro.
- Habitavam vilas com casas de taipa ou palha que ficavam próximas às terras cultivadas.

- Organizavam-se em torno de linhagens e dos conselhos de anciãos, sendo estes os responsáveis pelas resoluções de disputas nas aldeias.
- Região influenciada pelo comércio transaariano que cujos produtos comercializados eram o âmbar, conchas, panos de algodão e tâmara, dentre outros.
- Importância da Oralidade nesta região: conhecimento transmitido de geração para geração por meio de palavras proferidas com cuidado pelos tradicionalistas – os guardiões da tradição oral, que conhecem e transmitem ideias sobre a origem do mundo (mitos), as ciências da natureza, a astronomia e fatos históricos. Os griots.
- Devido ao comércio transaariano houve grande contato com o Islamismo, religião monoteísta fundada por Maomé (570-632) e baseada nas escrituras do Alcorão.
- O Islamismo possui preceitos aceitáveis para as religiões africanas. Incorporava amuletos, associava as histórias sagradas às genealogias, acreditava na revelação divina, na existência de um criador.

### **Reinos importantes:**

Conhecidos como reinos sudaneses por estarem ao sul do Saara, região que antigamente também era conhecida como Sudão (Bilad al-Sudan, que em árabe significa terra dos negros).

- GANA: sociedade dividida entre nobres e homens livres, servos e escravos. Conhecida como “terra do ouro”.
- MALI: rei importante Sundiata, responsável pela união de várias comunidades malinquês. A sociedade era dividida em várias nações com famílias reais, nobreza, homens livres, mestres de ofícios tradicionalistas (ferreiros, carpinteiros etc.), servos e escravos.
- SONGAI: reino composto por famílias de caçadores e de agricultores. Trocavam sal, arroz, sorgo e milhete.

Conhecidos como Senegâmbia que era a região entre Senegal e Gâmbia.

- HAUÇALÂNDIA: povos de língua hauça com poder político concentrado no chefe da linhagem. Comerciavam escravos em troca de cavalos e produziam cereais, algodão e objetos em ferro.
- Os reinos das florestas, cuja expansão foi incentivada pela exploração do ouro.
- AÇÃS; importante produtor e mercado de ouro trocado por escravos de outras etnias/ reinos.

- IFÊ: povo agricultor produtor de sorgo, milhete, quiabo, feijão, inhame, dendê. Organizavam-se fundamentados na linhagem constituída pela família extensa com um antepassado em comum.
- A cultura Nok em Ifé: cerca de 900 a.C. até século III d. C.) compreendida no território entre os rios Níger e Benué. Eram especialistas em metalurgia de ferro e de cobre, fabricavam utensílios domésticos, pontas de lança e flexas, argolas como enfeites para braços e tornozelos.
- BENIN: ponto de encontro entre mercadores, utilizavam como moeda barras de cobre, pedaços de ferro e cauris.
- Povos Iorubás: são várias cidades-estados sendo elas Akure, Irê, Ondo, e Ijexá. Como economia podem ser destacados o trabalho em couro, agricultura, tecelagem, comércio de escravos e presas de elefantes. Formavam suas comunidades tendo como centro os locais de reunião e de mercado. Entre os iorubás as entidades eram conhecidas como orixás.

### **África Oriental:**

- Devido ao comércio com o Oceano Índico com a participação de árabes persas e romanos se comerciava machados, lanças de ferro, tecidos, cerâmicas, açúcar, marfim, peles de pantera, tartarugas, incenso e chifres de rinoceronte.
- Povos pecuaristas e agricultores (bantos).

Reinos importantes:

- Zimbábue e o reino Monomotapa: praticavam a agricultura, o pastoreio e a metalurgia. As casas eram de pau a pique e de argila com cascalho, pedaços de ossos de impala, búfalo, zebra e caprinos. Uso de utensílios de cerâmica, vasos decorados com relevos, tigelas e enfeites. Descoberta utensílios de cerâmica, cobre.

### **África Centro-Ocidental:**

- Predominância dos povos bantos.
- Reinos compostos por várias aldeias que elegiam um representante entre aqueles da linhagem de “senhores da terra”, cujo poder era hereditário.
- A figura do rei era sagrada e ele era responsável pela proteção, fertilidade e prosperidade de todos. Reinos importantes:
- Luba e Lunda (século XIII), cuja população cultuava seus antepassados por meio de médiuns e produziam estatuetas em madeira para homenageá-los que ficaram muito conhecidas. • Congo (século XV) onde surgiram as estatuetas conhecidas como inquices, que acreditava-se guardava uma força sobrenatural. A figura do rei era chamada de manicongo.

**Outros reinos importantes:**

- Loango: agricultores que também caçavam, pescavam e exploravam o sal.
- Tios: reino formado por várias aldeias cujo poder do rei provinha da relação com o “espírito da terra”.
- Andongo: sociedade matrilinear com aldeias formadas por meio de linhagem. Eram agropecuaristas.
- Libolo: dominavam a metalurgia e eram pecuaristas, detendo grandes rebanhos. Os conhecimentos citados e destacados em relação a cada um dos reinos citados eram de grande interesse para a colonização do território brasileiro e desenvolvimento de economias.

**Nomes das etnias africanas escravizadas e trazidas para o Brasil:**

- Predominância dos povos bantos no primeiro momento do tráfico negreiro, a partir de 1534.
- No século XIX há maior incidência de povos iorubas. Demais etnias:
- Senegâmbia (séculos XVI e XVII): sereres, jalofos, fulas.
- Gana ou “Costa do Ouro”: axante, bijagós, mandingas, beafadas, cassangas.
- Golfo do Benin ou “Costa dos Escravos” (séculos XVII e XVIII): reinos Benin, Aladá, Oió, Daomé.
- Centro-Occidental - Congo (século XVII e XIX): povos do lago Malembo.
- Angola ou Andongo: reinos Luba, Lunda, Cazembe, Lozi, Matamba, Caçanje, Caconda e ainda Vale do Zambeze e Moçambique (sul).